

RELATÓRIO
DE ATIVIDADES
TESOURO
DO ESTADO

2015-2018


TESOURO
do Estado do RS



GOVERNO DO ESTADO
RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DA FAZENDA

SECRETÁRIO DA FAZENDA
Luiz Antônio Bins

SECRETÁRIO ADJUNTO DA FAZENDA
Álvaro Panizza Salomon Abi Fakredin

SUBSECRETÁRIO DO TESOIRO DO ESTADO
Elói Astir Stertz

SUBSECRETÁRIOS ADJUNTOS DO TESOIRO
Bruno Queiroz Jatene | Eduardo Rosemberg Lacher | Eugênio dos Santos Ribeiro

CHEFE DE GABINETE
Eroni Izaías Numer

DIVISÃO DE PROGRAMAÇÃO E EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA (DPO)
Marcelo Spilki

DIVISÃO DE ESTUDOS ECON. E FISCAIS E QUALIDADE DO GASTO (DEQG)
Guilherme Correa Petry

DIVISÃO DE PLANEJAMENTO FINANCEIRO E
DO SISTEMA INTEGRADO DE ADMINISTRAÇÃO DE CAIXA (DPLAN)
Nélson Alexandre Korman

DIVISÃO DE PROGRAMAÇÃO E EXECUÇÃO FINANCEIRA (DPROF)
Luiz Gustavo Antonacci

DIVISÃO DA DÍVIDA PÚBLICA (DDIP)
Felipe Rodrigues da Silva

DIVISÃO DE TECNOLOGIA E DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL (DTD I)
Elio Dornelles Andres Filho

DIVISÃO DE PAGAMENTO DE PESSOAL (DPP)
Carmen Karina Garcia Paiva

ASSESSORIA DE ORIENTAÇÃO E NORMATIZAÇÃO (ASSON)
Roberto Luiz da Luz Bertoncini

ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO (APLAN)
Diego da Silva Timmers

GRUPO DE ACESSORAMENTO ESPECIAL PARA POLÍTICA DE PESSOAL (GAE)
Evison Cordova

COMITÊ DE PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA (CPROF)
Isabel Jorge

SUMÁRIO

1 APRESENTAÇÃO	04
2 CONTEXTO	06
3 PRINCIPAIS NÚMEROS	10
4 ESTRATÉGIA E GESTÃO	22
5 AÇÕES E RESULTADOS	26
6 PERSPECTIVAS	44
7 MENSAGEM DE ENCERRAMENTO	52

RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2015-2018

Elaborado pela equipe do Tesouro do Estado - SEFAZ RS

Redação: Sandra Bitencourt

Fotos: arquivo Tesouro do Estado/Palácio Piratini e banco de imagens Freepic

Tiragem: distribuição eletrônica



I. APRESENTAÇÃO

O Tesouro do Estado é uma das três subsecretarias que compõem a Secretaria da Fazenda do RS. Além de gerir as finanças gaúchas, seu papel é zelar pela adequada aplicação dos recursos financeiros, garantindo o funcionamento e desenvolvimento das atividades e dos serviços públicos do Estado.

Contribuir para que as finanças públicas sejam focadas em satisfazer as necessidades coletivas a partir de aplicação técnica constitui um fator de estabilização, crescimento econômico e ambiente favorável para o melhor desempenho das políticas públicas.

É desse modo que as iniciativas e atividades desenvolvidas pelo Tesouro do Estado buscam oferecer estratégias efetivas, auxiliando a estruturar os sistemas e as diversas formas pelas quais o Estado busca e gera os recursos necessários para o funcionamento justo e sustentável.

Nos últimos quatro anos, as equipes do Tesouro do Estado enfrentaram um ambiente adverso, decorrente de grave crise econômica e financeira que afetou as atividades e a gestão pública do país. O conhecimento técnico e a inovação tecnológica e metodológica foram fundamentais para que os serviços públicos fossem minimamente mantidos.

O desequilíbrio nas finanças estaduais, decorrente de problemas estruturais pelos quais passa o Estado do RS, demanda uma atuação firme e contínua, com decisões e ações de curto, médio

O Tesouro do Estado entende que a tarefa de ser guardião das finanças é, de fato, uma missão valiosa para toda a sociedade. Essa missão seguirá sendo cumprida ao longo do tempo. É a vocação exercida a cada dia, guiada pelo espírito público.

e longo prazo, que possam, aos poucos, ir consolidando novos cenários de futuro.

O investimento em tecnologia de ponta, inteligência em negócios e novas metodologias de monitoramento da qualidade do gasto, os esforços para o pagamento da folha e dos fornecedores e o trabalho na negociação da dívida pública são exemplos que ilustram a atuação permanente do Tesouro.

O Tesouro do Estado entende que a tarefa de ser guardião das finanças é de fato uma missão valiosa para toda a sociedade. Essa missão seguirá sendo cumprida ao longo do tempo. É a vocação exercida a cada dia, guiada pelo espírito público.

Equipe Tesouro do Estado



2. CONTEXTO

Os desafios econômicos do último quadriênio dificilmente podem soar exagerados. Os indicadores de produção e de atividade econômica contraíram-se de forma intensa em 2015 e 2016, sem recuperação equivalente nos dois anos seguintes.

O mesmo movimento ocorreu com os indicadores de emprego, sobretudo nas atividades formais.

São reconhecidamente intensos os impactos sobre a arrecadação decorrentes de uma grave recessão econômica como a que foi sentida no Brasil, com fortes consequências para o Rio Grande do Sul.

Estimativas da SEFAZ indicam que, somente na arrecadação do ICMS, o impacto foi de R\$ 11

bilhões. Se é certo que existem dificuldades de natureza histórica e estrutural para as finanças públicas estaduais, no período considerado somaram-se algumas mais, de natureza conjuntural e relacionadas à crise econômica o país.

Do ponto de vista estrutural, o desafio era (e segue sendo) gigante. Um déficit público acumulado ao longo do tempo, a situação agravante da dívida com a União e o déficit previdenciário são as razões centrais para a formação dessa conjuntura histórica.

Do ponto de vista financeiro, a urgência era absolutamente impactante. A previsão de déficit financeiro para os quatro anos seguintes chegava a R\$ 25,2 bilhões.

Diante desse quadro é que devem ser compreendidas as principais ações lideradas ou compartilhadas pelo Tesouro do Estado da Secretaria Estadual da Fazenda, voltadas a equacionar as finanças públicas durante o quadriênio.

O período marcou avanços significativos nas negociações da dívida pública. Ao final de 2014, houve

importante decisão do Senado modificando o indexador da dívida.

A LC 148/14 estabelecia a taxa de juros nominal de 4% ao ano e a atualização monetária mensal pelo IPCA como parâmetros para correção do saldo devedor. Com a mudança, o impacto no estoque da dívida em 2017 foi de R\$ 5 bilhões.

CENÁRIO FINANCEIRO

O cenário em que se encontravam as finanças do Rio Grande do Sul antes do início da gestão era marcado por severa crise fiscal e financeira, com previsão de déficit financeiro estimado em R\$ 25,2 bilhões para 2015-2018.

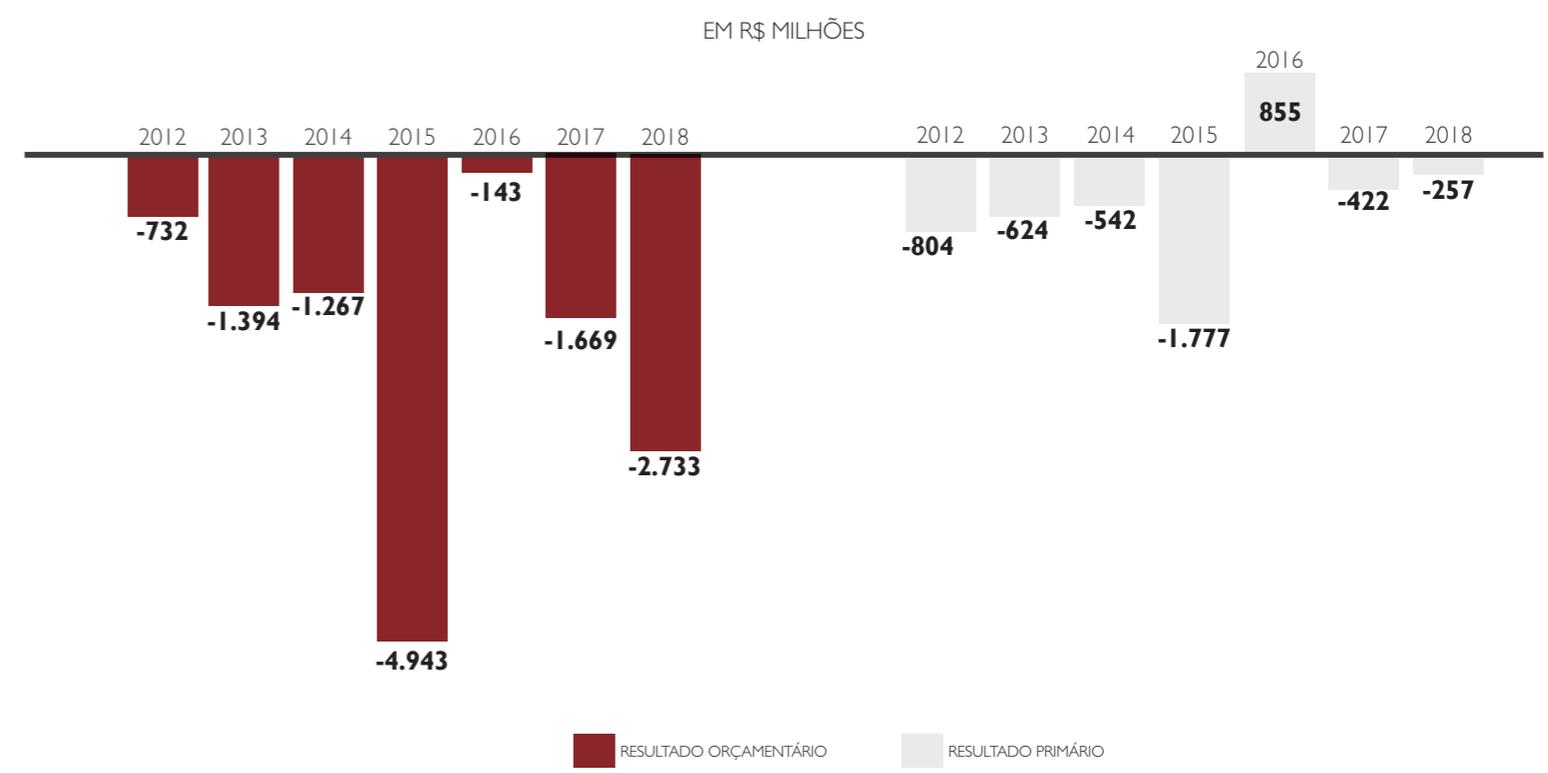
Naquele período, tanto os pagamentos de credores do Estado quanto os da folha dos servidores estavam ocorrendo dentro do prazo de vencimento. Entretanto, era forte a necessidade de contingenciamento de despesas.





3. PRINCIPAIS NÚMEROS

RESULTADOS PRIMÁRIO E ORÇAMENTÁRIO 2015 - 2018



PRINCIPAIS RECEITAS E DESPESAS 2015 A 2018

EM R\$ MILHÕES

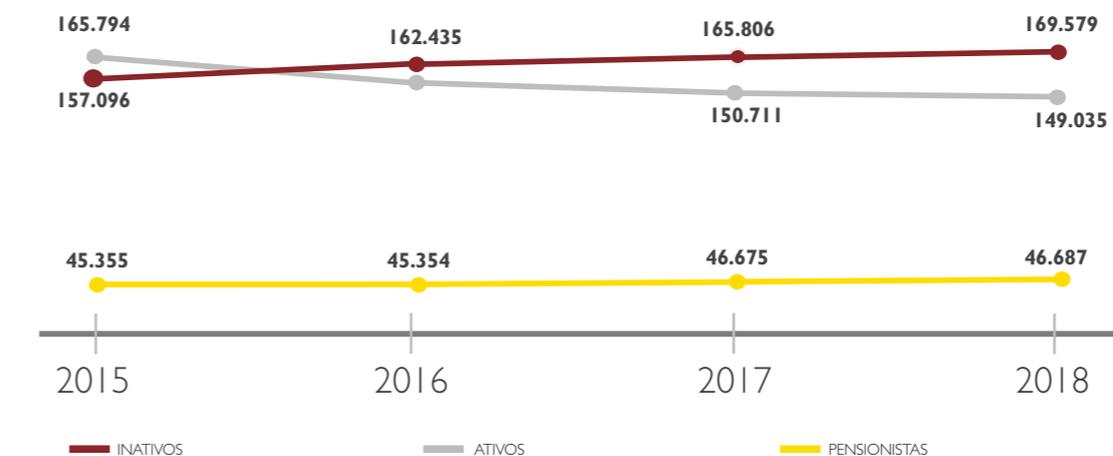
ESPECIFICAÇÃO	2015	2016	2017	2018
RECEITA (A)	40.981	47.011	48.546	53.232
ICMS Bruto	27.126	30.386	31.933	34.839
IPVA Bruto	2.427	2.528	2.526	3.135
Taxas	1.348	1.512	1.723	1.879
Transferências da União	2.613	2.830	2.786	2.457
FPE	1.799	1.974	1.918	2.038
IPI-Exportação	529	380	487	509
CIDE	25	69	96	76
Kandir/Auxílio Financeiro	260	408	286	144
FUNDEB/ Receita	3.866	4.158	4.170	4.483
FUNDEB/ Redução da Receita	-4.923	-5.355	-5.590	-6.184
Demais	8.525	10.952	10.996	12.030
DESPESA (B)	45.559	47.020	50.185	56.144
Transferências Constitucionais Municípios	8.170	8.921	9.327	10.344
Pessoal e Encargos	23.985	25.332	27.093	29.215
Dívida = Juros, Encargos e Amortização	3.740	1.744	2.250	3.970
Custeio	8.855	9.927	10.409	10.862
Investimentos e Inversões	809	1.097	1.106	1.751
RESULTADO EXCETO INTRAORÇAMENTÁRIO (A-B)	-4.578	-9	-1.640	-2.911
Ajustes Operações Intraorçamentárias (C)	-364	-134	-29	173
RESULTADO ORÇAMENTÁRIO (A-B+C)	-4.943	-143	-1.669	-2.738
RESULTADO PRIMÁRIO	-1.777	855	-422	-288

Não inclui operações intraorçamentárias na receita e na despesa.

DESPESAS COM PESSOAL X RECEITA CORRENTE LÍQUIDA

CRITÉRIO TCE	LIMITE LEGAL	LIMITE PRUDENCIAL	2015	2016	2017	2018
Poder Legislativo	3%	2,85%	2,06%	1,89%	1,87%	1,80%
Poder Judiciário	6%	5,70%	5,14%	4,84%	4,91%	4,56%
Ministério Público	2%	1,90%	1,73%	1,56%	1,57%	1,49%
Poder Executivo	49%	46,55%	49,18%	44,10%	46,54%	46,59%
TOTAL	60%	57%	58,11%	52,39%	54,89%	54,44%

TOTAL DE SERVIDORES E PENSIONISTAS



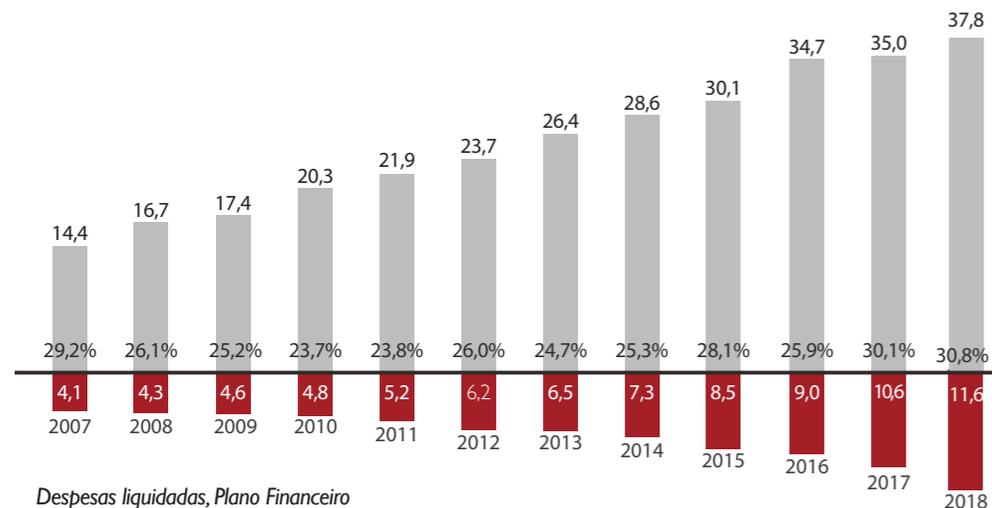
380.000
ATENDIMENTOS
presenciais a servidores
ativos e inativos no
TudoFácil.

600 MIL
RECADASTRAMENTOS
de servidores inativos.

130 MIL
RECADASTRAMENTOS
de servidores ativos (1º
ano de implantação). 1.080
matrículas suspensas e 130
canceladas.

RESULTADO PREVIDENCIÁRIO

RELAÇÃO RECEITA CORRENTE LÍQUIDA X DÉFICIT DA PREVIDÊNCIA
EM R\$ BILHÕES

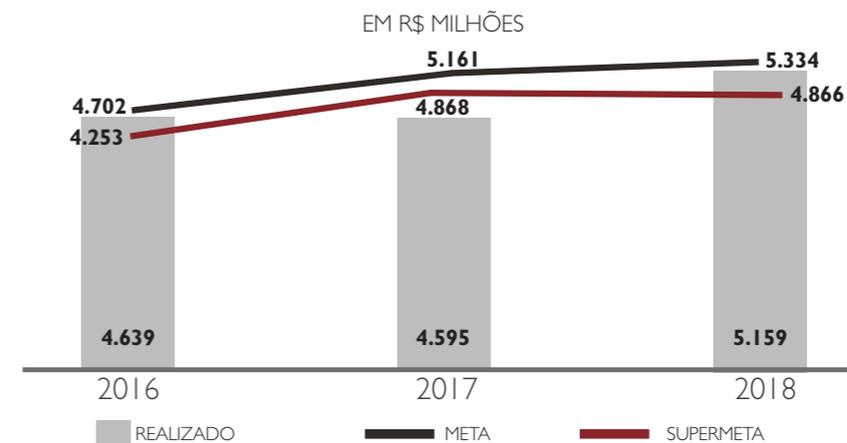


Despesas liquidadas, Plano Financeiro

■ DÉFICIT PREVIDENCIÁRIO

■ RECEITA CORRENTE LÍQUIDA

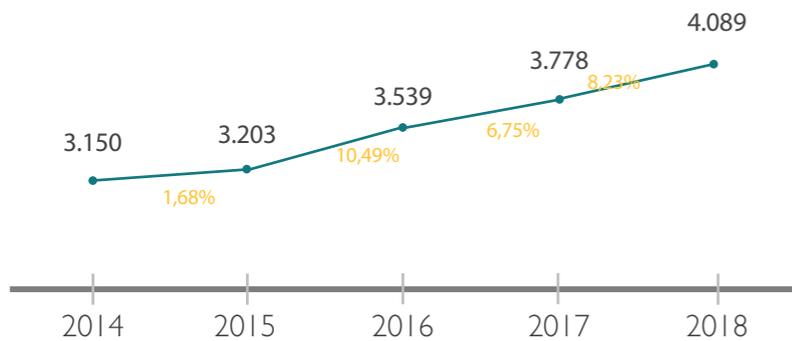
META E SUPER META DE CUSTEIO ACUMULADO



MAIORES GASTOS POR ÓRGÃO - REALIZADO					
Especificação	2015	2016	2017	2018	TOTAL
SAÚDE	1.812,2	2.143,6	2.418,8	2.682,7	9.057,30
DETRAN	512,3	512,4	610,5	608,8	2.244
SEGURANÇA PÚBLICA	413,4	501,1	542,2	472,6	1.929,3
EDUCAÇÃO	363,6	418,4	456,7	436,4	1.675,1
DESENV. RURAL E COOP.	148,8	171,4	183,9	216,4	720,5
FAZENDA	97,0	103,9	121,1	110,9	432,9
DAER	74,4	95,3	92,5	96,7	358,9
FASE	55,4	57,4	65,1	65,5	243,4
Total Principais Aplicações	3.477,1	4.003,5	4.490,8	4.690,00	16.661,40

SAÚDE
RECURSOS APLICADOS

EM MILHÕES

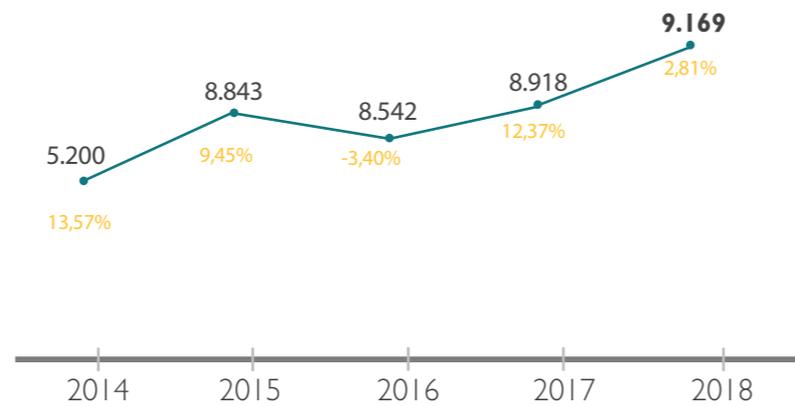


% DA RECEITA APLICADO EM SAÚDE

2015	2016	2017	2018
12,2%	12,1%	12,2%	12,2%

EDUCAÇÃO
RECURSOS APLICADOS

EM MILHÕES

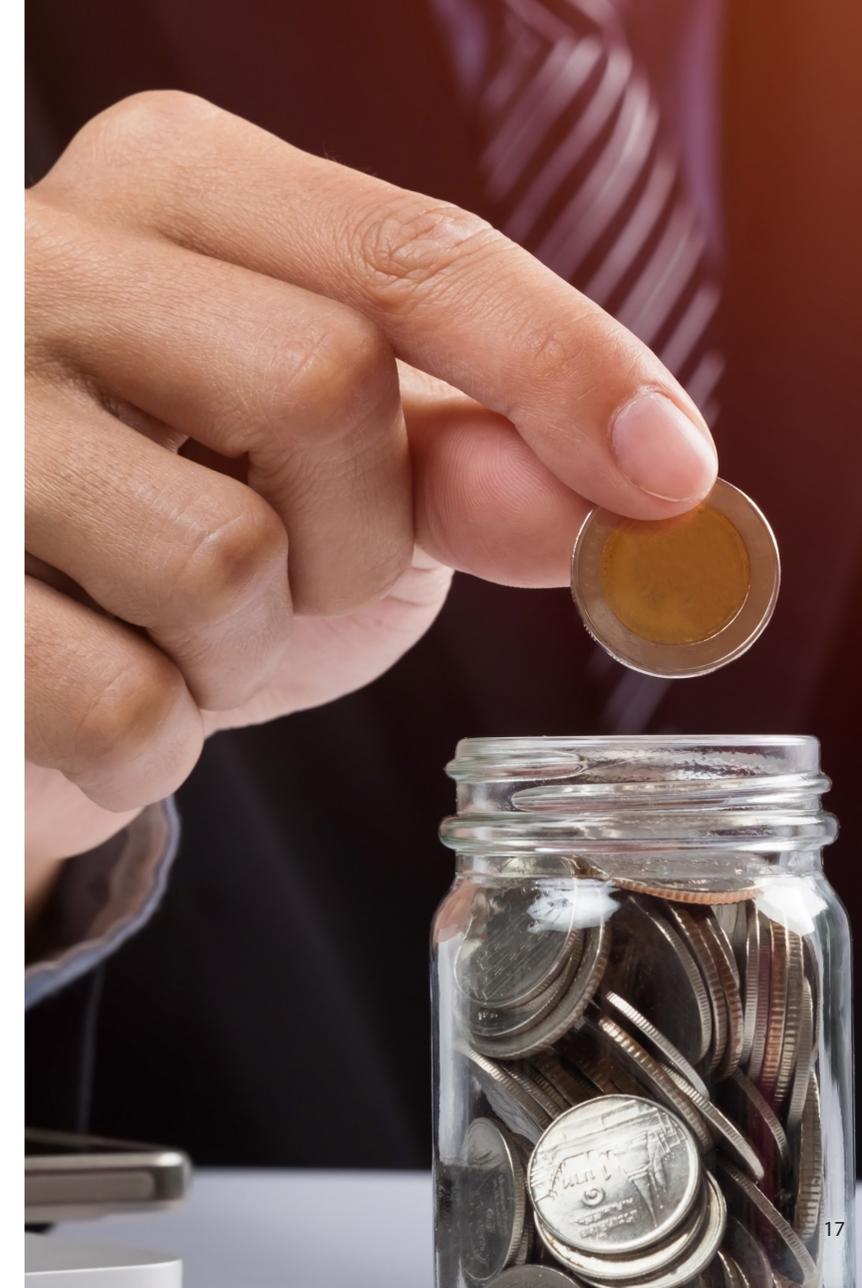
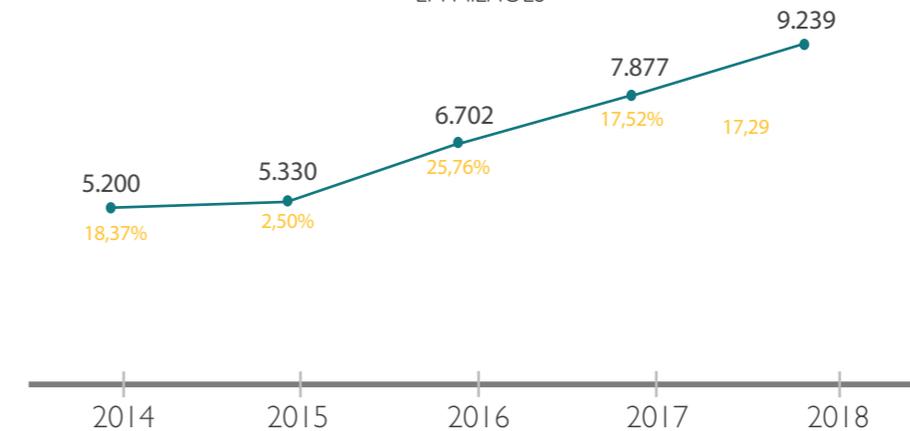


% DA RECEITA APLICADO EM EDUCAÇÃO

2015	2016	2017	2018
33,7%	29,3%	28,9%	27,3%

SEGURANÇA
RECURSOS APLICADOS

EM MILHÕES



INVESTIMENTOS PRINCIPAIS PROJETOS 2015 A 2018

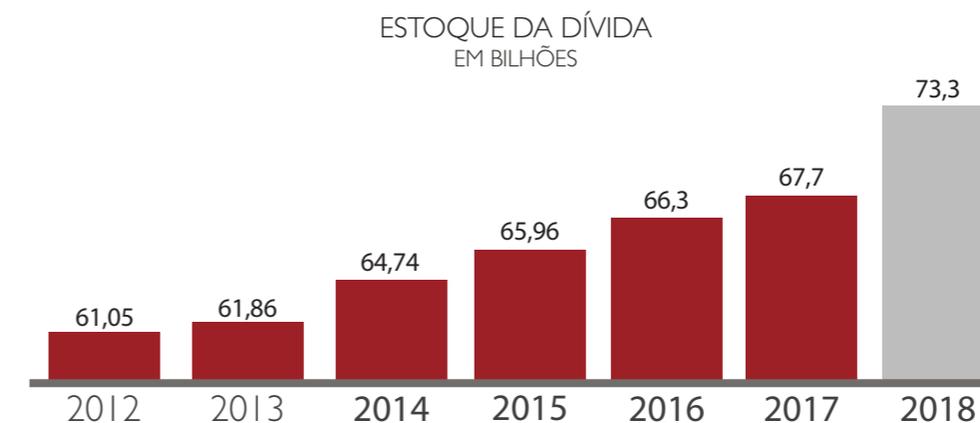
EM R\$ MILHÕES

APLICAÇÕES EM PROJETOS	REALIZADO				
	2015	2016	2017	2018	TOTAL
Especificação					
Restauração e manutenção da malha rodoviária	129,9	244,4	316,5	267,6	958,4
Ampliação e melhoria do espaço físico - TJ-RS	15,3	42,1	99,8	263,7	420,9
Pavimentação de acessos municipais	44,3	84,9	50,5	31,4	211,1
Conservação de rodovias	30,3	25,1	43,5	138	236,9
Restauração e ampliação da E-RS 118	1,9	3,8	38,2	121,4	165,3
Informatização e modernização - TJ-RS	30,0	25,3	55,3	96,00	206,6
Implantação e ampliação do sistema de esgoto	74,6	8,7	13,5	61	158
Apoio técnico fiscal obras - DAER	21,1	27,5	29,8	24	102,4
Autonomia financeira, pedagógica e manutenção de	26,5	27,2	27,0	26,7	107,4
Construção de rodovias	10,3	6,5	17,3	38,8	72,9
Total Principais Investimentos	384,2	495,5	691,4	1.068,	2.639,7
TOTAL DE INVESTIMENTOS	809	1.097,0	1.106,3	1.665	4.676,7

Maiores aplicações considerando a ordem decrescente no período 2015-2018.



DÍVIDA PÚBLICA



DÍVIDA FUNDADA ESTADUAL - 2018

DÍVIDA INTERNA	88,3%
Lei 9496/97 e Proes	86,0%
Banco do Brasil e CEF	0,9%
Parcelamentos INSS e PASEP	0,3%
BNDES	1,1%
DÍVIDA EXTERNA	11,7%
Banco Mundial - BIRD	9,0%
Banco Interamericano - BID	2,7%

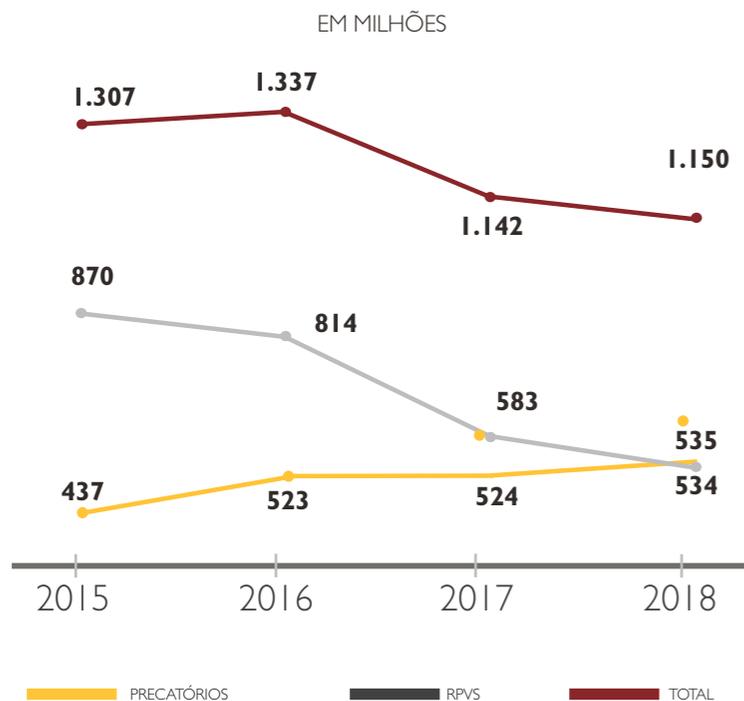
Administração de
53 CONTRATOS
de dívida pública e **5**
PARCELAMENTOS
TRIBUTÁRIOS.

Entre 2015 e 2018,
deveriam ter sido pagos
em torno de **R\$ 16,3**
BILHÕES
de dívida.

O valor efetivamente
pago no período foi de
R\$ 7,3 BILHÕES.

Economia gerada ao
longo dos quatro anos foi
de **R\$ 9 BILHÕES.**

VALORES PAGOS COM PRECATÓRIOS E RPVS



INGRESSOS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO

EM MILHÕES

OPERAÇÕES DE CRÉDITO						
ANO	PROREDES BIRD	BID POD	BID PROFISCO	BNDDES DEFENSORIA	PROREDES BNDDES	TOTAL
2015	182,4	-	12,7	8	-	203,1
2016	219,3	-	12,9	1,9	99,4	333,5
2017	390,6	92,3	17,6	11,5	43	555
2018	213,5	-	20	4,7	32	270,2
TOTAL	1.005,8	92,3	63,2	26,1	174,4	1361,8

Em precatórios e RPVs, no período entre 2015 e 2018, foram pagos cerca de **R\$ 5 BILHÕES.**

R\$ 42 MILHÕES de ganhos com o COMPENSA RS - programa de compensação de débitos tributários com precatórios do RS, com a utilização de 121 precatórios para compensação.



4. ESTRATÉGIA E GESTÃO

“Ou você tem uma estratégia própria, ou então é parte da estratégia de alguém.”

ALVIN TOFFLER

OLHOS NO PRESENTE E NO FUTURO

Possibilitar a gestão das finanças públicas gaúchas com os olhos no presente e no futuro exige do Tesouro do Estado a adoção de um modelo de gestão sólido e reconhecido, que permita a atuação orientada a resultados.

Nesse sentido, o Planejamento Estratégico cumpre um papel imprescindível na gestão e no desempenho de objetivos e metas da instituição. A partir da metodologia BSC (Balanced Scorecard), é possível direcionar os esforços das áreas, de forma a transformar o exercício das finanças públicas em projetos estratégicos, perseguindo o alcance de melhores resultados para a sociedade gaúcha.

O Mapa Estratégico do Tesouro do Estado é construído a partir do desdobramento do Planejamento Estratégico da Secretaria da Fazenda e norteia as ações e iniciativas para que a visão de uma instituição de excelência e protagonista da gestão fiscal do Estado seja alcançada.

Ao longo desses quatro anos, foi possível implementar e consolidar ações importantes a partir do planejamento. Partimos de um trabalho de estruturação, passamos por um forte processo de aprendizado e conseguimos, mesmo diante de um cenário de extrema fragilidade financeira, seguir construindo caminhos e estratégias para a instituição. Entregas e iniciativas alinhadas às diretrizes e que materializam a missão de gerir as finanças públicas com sustentabilidade fiscal.

O alcance – e muitas vezes a superação – das metas e objetivos definidos mostra o modo consistente com que o Tesouro do Estado avança, mesmo em cenários de extremo desafio.

PERSPECTIVAS DO MAPA ESTRATÉGICO

A estruturação dos objetivos do Tesouro do Estado dentro do Mapa Estratégico levam em conta quatro pilares. São as chamadas perspectivas, eixos que permitem estipular as ações e seus resultados de acordo com os contextos e áreas de atuação nos quais estarão inseridos.

As perspectivas do mapa do Tesouro do Estado são:

SOCIEDADE - Ações relativas a entregas diretas à comunidade gaúcha.

GOVERNO - Ações estruturantes voltadas às decisões das gestões no tocante às finanças públicas.

FOCOS DE ATUAÇÃO - Projetos onde estão localizados o foco de atuação interna do Tesouro do Estado.

INFRAESTRUTURA ESTRATÉGICA - Ações que permitam e criem condições para o Tesouro do Estado implantar seus demais projetos (ações “meio a serviço das ações fim”).

MAPA ESTRATÉGICO TESOURO DO ESTADO



AÇÕES DE GESTÃO

ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO - Criação da Assessoria de Planejamento (APLAN), englobando a área de projetos (Escritório de Projetos), processos, comunicação e capacitação. Nesta área, foi possível presenciar o amadurecimento de diversos projetos que já estavam em andamento, as implantações de novas metodologias e o aperfeiçoamento de diversos processos.

CAPACITAÇÃO - Mesmo diante da crise, o Tesouro do Estado conseguiu manter uma política de capacitação a fim de qualificar ainda mais suas equipes e os serviços prestados. Um dos destaques na oferta de formação para os servidores foi o curso Finanças Públicas: uma abordagem contemporânea. A formação ofereceu 40 vagas e foi organizada em quatro diferentes módulos, independentes, mas articulados entre si, totalizando 40 horas. Foram 13 aulas presenciais, de agosto a dezembro. A formação teve um índice médio de aprovação dos participantes de 86,2%.



VALORIZAÇÃO DAS PESSOAS - Fortalecimento das ações voltadas ao engajamento e à valorização das pessoas, com foco na disseminação interna da informação, integração e reconhecimento.

INOVAÇÃO E TECNOLOGIA

A necessidade de se adequar à nova realidade financeira exigiu do Tesouro do Estado flexibilizar, inovar e desenvolver novos métodos e tecnologias. A visão da inteligência de negócios - Business Intelligence (BI) - nunca foi tão necessária quanto neste período, fazendo valer, como nunca, o objetivo estratégico "Ter soluções de TI Inovadoras."

Em um cenário em que o monitoramento das finanças e de demais dados é imprescindível e praticamente diário, as práticas de BI representam importantes aliadas com a coleta, organização, análise, compartilhamento e monitoramento de informações, oferecendo subsídios e suporte para a gestão de negócios. Nesse sentido, as soluções de inteligência de negócios tiveram especial papel na elaboração de cenários financeiros, indicadores de pagamento, parcelamentos da folha, entre outros.

Mas a inovação foi além de sistemas e ferramentas de TI. Ela permeou toda a instituição ao longo do período, com o desenvolvimento de novos procedimentos e métodos de trabalho, especialmente nas áreas de planejamento financeiro e pagamentos (veja mais nas páginas seguintes).

5. AÇÕES E RESULTADOS



ALCANÇAR A SUSTENTABILIDADE DAS FINANÇAS PÚBLICAS

Nos últimos anos, o RS vive, assim como outros estados, o que pode ser considerada a pior crise fiscal de sua história. O cenário de uma estrutura historicamente deficitária, acrescido da retração da economia nacional, é a causa central do agravamento da situação.

Nos últimos 45 anos, em apenas sete o RS gastou menos do que arrecadou. Somado a isso, estão crescentes demandas da sociedade por mais e melhores serviços e as exigências constitucionais de gastos, o que diminui consideravelmente o grau de autonomia das administrações estaduais.

Diante deste quadro, o papel do Tesouro do Estado amplia expressivamente sua importância. Seja qualificando o gasto, renegociando a dívida, contendo as despesas, buscando novas fontes de recursos ou discutindo e construindo um novo modelo fiscal, o fato é que a mobilização e os esforços de uma instituição guardiã das finanças em tempos como estes se desdobra em todas as áreas e equipes.

Nesses últimos quatro anos, todos no Tesouro do Estado estiveram direta ou indiretamente vinculados à busca

O Tesouro do Estado é o guardião das finanças públicas gaúchas e por isso tem um papel amplo e significativo no ciclo das políticas públicas que contribuem para assegurar o desenvolvimento.

de soluções. A elaboração de um sólido estudo de cenários projetando, por exemplo, R\$ 28 bilhões de déficit previsto pelo Modelo Fiscal de Médio Prazo é prova disso. Trabalho que colocou o planejamento do RS de médio prazo nos debates na comunidade gaúcha.

Quatorze artigos com aprofundadas análises e projeções foram publicados, proporcionando ao Tesouro do Estado oferecer não apenas o debate como subsídio para o Rio Grande do Sul pensar e agir no médio prazo.

Isso mostra que o papel estratégico do Tesouro em perseguir a sustentabilidade das finanças é um esforço permanente, coletivo e mobilizador, de monitoramento contínuo dos resultados fiscais. É um trabalho do presente, mas, principalmente, com os olhos o futuro.

ALCANÇAR A SUSTENTABILIDADE DAS FINANÇAS PÚBLICAS (CONTINUAÇÃO)

REGIME DE RECUPERAÇÃO FISCAL - Participação nas negociações em torno do Regime de Recuperação Fiscal (RRF - LC 159/2017 - ver mais na página 35).

AJUSTE FISCAL - Coordenação do Programa de Reestruturação e de Ajuste Fiscal (PAF), com a Secretaria do Tesouro Nacional/Ministério da Fazenda.

PROGRAMA DE REFORMA DO ESTADO - Alteração da Lei do Fundo de Reforma do Estado (FRE), que institui o Programa de Reforma do Estado (PRE). Permite a utilização de recursos do FRE no financiamento do regime de previdência dos servidores e em investimentos públicos prioritários.

FUNDOS ESTADUAIS - Participação na elaboração da lei que determina as diretrizes para criar e extinguir Fundos Estaduais. Extinguir inativos e restringir criação de novos para promover o aumento da centralidade da receita e despesa por meio da não vinculação de recursos específicos.

OTIMIZAR A APLICAÇÃO DOS RECURSOS PÚBLICOS

Para seguir enfrentando a crise, o Tesouro do Estado criou, a partir de 2016, o indicador de meta e supermeta de despesas de custeio. A medida serviu para que as despesas de custeio fossem pautadas pelo desafio de o RS manter o gasto nos valores previstos no orçamento (meta) de cada ano, e se possível dentro dos valores estabelecidos pelo decreto de cotas (super meta), definidos pela Junta de Coordenação Financeira (JUNCOF).

Perseguir o alcance das metas, além da elaboração dos decretos anuais de contingenciamento e de cotas, fez com que o Tesouro intensificasse o trabalho na contenção de gastos e no assessoramento aos órgãos públicos. Isso por meio de um conjunto de

Amenizar os efeitos de uma gravíssima crise financeira precisa ser visto como um resultado importante diante de um cenário tão adverso e preocupante.

processos e produtos, tais como a programação orçamentária, a programação financeira e o gerenciamento matricial de despesas.

DECRETOS I - Estabelecimento de cotas sobre a execução orçamentário-financeira de custeio de acordo com as estimativas de ingresso efetivo de receitas. Buscam a participação dos gestores públicos no esforço coletivo de ajuste fiscal e a necessidade de evitar prejuízos aos serviços públicos essenciais prestados pelo Estado.

DECRETOS II - Contingenciamento de gastos, adotando medidas de contenção de despesas. Elencam a primordialidade na adoção de medidas de contenção, possibilitando a priorização e otimização dos recursos para permitir a continuidade dos serviços essenciais.

ASSESSORAMENTO AOS ÓRGÃOS - Orientações aos órgãos/entidades, Gestão Matricial de Despesas (GMD), Encontros de Gestores Administrativos e Financeiros, capacitação (ferramentas) e workshops.

BUSCAR O EQUILÍBRIO FINANCEIRO E PROVER SOLUÇÕES DE ENGENHARIA FINANCEIRA

A crise trouxe ao Tesouro do Estado o imperativo de reorganizar, rever, redesenhar e automatizar processos e de tornar os sistemas compatíveis com a nova realidade financeira do RS. Grande parte das rotinas até então vigentes não atendiam mais ao novo cenário que a escassez de recursos impôs, com limites e novas políticas para o gasto e com regras rígidas a serem seguidas.

O DESAFIO DOS PARCELAMENTOS - A necessidade de parcelamento da folha do funcionalismo foi uma das situações mais desafiadoras para o Tesouro, exigindo uma engenharia complexa e inédita para adaptar as operações à realidade.

Para que o Estado pudesse adequar o pagamento ao fluxo de caixa, evitando erros e mitigando os prejuízos gerados pelo atraso, foram desenhadas duas formas de parcelamento, que articularam esforços das equipes do Tesouro, Procergs e Banrisul. No primeiro modelo, foi adotado um sistema de faixas, em que era pago o mesmo valor a todos os servidores. Nessa modalidade,

as equipes responsáveis pela folha chegaram a ter mais de dois milhões de registros para controlar. Já o segundo modelo estabeleceu o pagamento para grupos, iniciando pelos salários mais baixos, o que permitiu maior ganho operacional e mais agilidade.

Os esforços foram muito além das adequações. No começo de 2015, a previsão era de que já em março daquele ano houvesse parcelamento, o que aconteceu no pagamento de julho do mesmo ano. A superação dos desafios permitiu melhorar rotinas da folha, com maior tempestividade e precisão das informações.

Essa nova realidade colocou à prova a capacidade da instituição e de suas equipes de desenvolverem alternativas a partir de inovação, tecnologia e novas metodologias para rotinas, já existentes ou que tivessem de ser criadas.

As soluções de engenharia financeira, por exemplo, tiveram ainda mais importância, pois permitiram às áreas

PAGAMENTOS DE FORNECEDORES

Responsável pelo pagamento de fornecedores de bens e de serviços, o Tesouro do Estado precisou se adequar para o novo cenário. Foram diversas as alterações nas normas e nas rotinas bem como a publicação de instruções voltadas ao novo contexto.

Em 2015, ficou estabelecida, via ordem de serviço, a priorização dos pagamentos conforme grupos de fornecedores/serviços de acordo com a sua essencialidade e, em cada grupo, pela ordem cronológica das datas de suas exigibilidades. No total, os fornecedores e credores foram distribuídos em 17 grupos.

OUTRAS AÇÕES - ATUAÇÃO EM PROJETOS DE LEI:

DEPÓSITOS JUDICIAIS I - Aumento da disponibilidade de recursos de depósitos judiciais, representando aporte adicional aos cofres na ordem de R\$ 1,1 bilhão.

DEPÓSITOS JUDICIAIS II - Estabelece limites de repasses dos rendimentos dos depósitos judiciais ao Judiciário, sendo o excedente transferido ao Executivo. De 2015 a 2017, foram destinados R\$ 473,3 milhões ao Executivo.

DEPÓSITOS JUDICIAIS III - Alteração da taxa SELIC para taxa da poupança como indexador para a remuneração dos depósitos judiciais utilizados pelo Estado.

MELHORAR A ALOCAÇÃO E A EFICIÊNCIA DO GASTO PÚBLICO

Cinco anos após a implantação oficial de uma das mais importantes frentes de atuação do Tesouro do Estado, o RS experencia hoje resultados concretos e expressivos no que diz respeito à eficiência do gasto público.

As ações do Programa de Qualidade do Gasto e, especialmente, os impactos de seus projetos, transformaram o RS na principal referência nacional do assunto, em virtude não apenas do seu pioneirismo e eficácia das metodologias desenvolvidas, mas principalmente pelos resultados atingidos - sejam eles financeiros ou de melhoria dos serviços oferecidos à população.

Em um contexto de graves restrições orçamentárias e de busca pela sustentabilidade fiscal, essas ações ganham ainda mais importância, tanto pelo retorno econômico quanto pela mudança de cultura e novos paradigmas, que começam a ser incorporados na gestão do gasto. Desde que foi instituído, o programa já alcançou uma economia de R\$ 740 milhões em áreas essenciais para a oferta de serviços ao cidadão.

As oportunidades de economia são significativas, e lançam mão de conceitos de in-

do impacto desse modelo para a gestão de aquisição de produtos e serviços.

Nos últimos quatro anos, o projeto consolidou-se não apenas na geração de economia como também na melhoria do atendimento de serviços a milhares de pessoas, com a metodologia validada na Secretaria da Estadual da Saúde (SES), implantação no IPE-Saúde e desenvolvimento avançado na Central de Licitações (CELIC).

A partir da base de dados da nota fiscal eletrônica e de análises estatísticas (desenvolvimento de algoritmos próprios, infraestrutura, inteligência de ne-

teligência de negócios, incorporação de metodologias próprias, tecnologias avançadas e novos conceitos de gestão de projetos.

RACIONALIZAÇÃO DO GASTO - Nas ações da Gestão Matricial das Despesas, os resultados com a redução do desperdício e com a disseminação da cultura de monitoramento também foram expressivos. Além, é claro, da economia de cerca de R\$ 2 milhões, com destaque para os R\$ 500 mil em 500 escolas gaúchas (economia de energia elétrica) e R\$ 400 mil com a revisão dos contratos de energia dos presídios. Teve início em 2016, com a Secretaria da Educação e SUSEPE. A Polícia Civil iniciou projeto piloto em 2018.

SERVIÇOS TERCEIRIZADOS - A nova legislação de serviços terceirizados implantada trouxe como benefícios a padronização do serviço, modernização do processo de contratação, fixação de preço máximo de contratação, instituição de parâmetros adequados ao preço de mercado e uso da Nf-e para formação do preço.

gócio, etc), são disponibilizados preços de referência para compras públicas, oferecendo melhores condições de comparação e negociação e evitando valores acima dos praticados no mercado. Foram R\$ 200 milhões em economia em medicamentos na SES e melhoria no atendimento a 1 milhão pessoas no IPE-Saúde (aumento de mais de 100% nas diárias e de 35% nas consultas médicas).

Tamanha envergadura levou ao anúncio em 2018 de uma frente nacional de precificação via NF-e, com coordenação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, e que terá como base a metodologia desenvolvida pelo Tesouro do Estado.

Em tempos de desafios, chegam também experiência e aprendizado, que juntos fortalecem e preparam as equipes para seguir na busca por soluções para o Rio Grande do Sul.

PIONEIRISMO E REFERÊNCIA NACIONAL

Um dos mais relevantes trabalhos desenvolvidos até hoje pelo Tesouro do Estado vem apresentando expressivos avanços e resultados. O projeto Precificação NF-e, realizado em parceria com a Receita Estadual, é uma referência nacional e transformou-se num case sobre o desenvolvimento de técnicas para precificação que estão sendo adotadas em diversos Estados e União.

A crescente procura de administrações de todo o país para conhecer a inédita e inovadora experiência gaúcha que pode impactar as compras públicas do Brasil inteiro é a prova concreta da robustez do trabalho desenvolvido e



REDUZIR O CUSTO COM A DÍVIDA PÚBLICA, MANTENDO O NÍVEL PRUDENCIAL DE RISCO

A mais expressiva atuação das últimas duas décadas no que diz respeito às negociações da dívida pública do RS, em especial com a União, aconteceu no último período. Nem poderia ser diferente: foi nessa fase em que ocorreram as maiores e mais relevantes modificações no quadro institucional da dívida pública dos estados no Brasil desde 1998 - ano marco da renegociação da dívida mobiliária, quando o governo federal assumiu os contratos dos estados.

Nesse período, o Tesouro assumiu maior protagonismo. Teve uma importante participação, tanto nas discussões dentro e fora do RS quanto na articulação com as demais unidades federativas e nas medidas efetivamente tomadas. Tudo tendo em vista a redução dos impactos aos cofres do RS de uma dívida que hoje chega a mais de R\$ 70 bilhões. Entre 2015 e 2018, a economia gerada relativa ao pagamento da dívida chegou a cerca de R\$ 9,2 bilhões (considerando o acordo dos governadores de 2016, a LC-156/2016 e a liminar do STF em 2017).

Das ações impetradas e liminares obtidas na Justiça - e todos os seus desdobramentos às negociações com a STN para assinatura dos aditivos relativos a leis aprovadas até as tratativas e estruturação de propostas para a adesão do RS ao Regime de Recuperação Fiscal - muitas foram as ações tomadas. Confira algumas delas a seguir.

LIMINAR STF - Obtenção em 2016 de liminar no STF suspendendo o pagamento da dívida com a União por conta do cálculo do desconto previsto na LC 148/2014.

ACORDO COM A UNIÃO - Acordo de governadores com a União, o que veio a se tornar posteriormente a Lei Complementar 156/2016.

ASSINATURA DE ADITIVOS I - Assinatura do aditivo (dez/2017) da LC 156. Além do ganho de fluxo de cerca de R\$ 5 bilhões, obtidos pelo aumento de prazo de 20 anos para pagamento da dívida com a União e carência de três anos em três operações contratadas com BNDES e Banco do Brasil.

ASSINATURA DE ADITIVOS II - Assinatura do aditivo (dez/2017) da LC 148/2014, mudando o indexador da dívida com a União de IGP-DI para IPCA, e reduzindo juros de 6% para 4% ao ano, retroativamente a janeiro/2013. A alteração acarretou na redução do saldo da dívida em R\$ 5 bilhões em 2017 (previsão de redução de R\$ 22 bilhões até 2028 no

saldo estimado da dívida até essa data).

NEGOCIAÇÕES EM BRASÍLIA - Até chegar à assinatura dos aditivos, o Tesouro participou de uma sequência de negociações com a Secretaria do Tesouro Nacional (STN), a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), a Procuradoria-Geral do Estado (PGE), o Banco do Brasil e o BNDES.

REPARCELAMENTOS - Encaminhamento de dois parcelamentos de débitos em 2017: a reestruturação de parte das dívidas previdenciárias (ganhos estimados de R\$ 115 milhões de abatimento no saldo devedor e redução de R\$ 10 milhões nos pagamentos anuais) e a adesão do RS ao parcelamento da dívida da contribuição do PASEP da Administração Direta (ganhos de R\$ 87,6 milhões até 2020.)

CRONOLOGIA DA DÍVIDA COM A UNIÃO:



REGIME DE RECUPERAÇÃO FISCAL

A elaboração do plano para adesão do RS ao Regime de Recuperação Fiscal e os trabalhos para a conclusão do acordo foram das mais importantes frentes de atuação do Tesouro do Estado nos últimos dois anos.

A adesão ao RRF foi aprovada pela Assembleia Legislativa no início de fevereiro de 2018 e irá proporcionar ao RS um período de carência de três anos no pagamento total das dívidas do Estado, com impacto financeiro estimado em R\$ 9,8 bilhões. O plano contempla carência de 36 meses e possibilidade de mais 36 meses parciais, escalonados e possibilidade de operações de crédito para antecipação de privatização, reestruturação de dívidas, modernização fazendária e outras vinculadas ao ajuste fiscal.

As contrapartidas do Estado: implantação de Regime de Previdência Complementar; vedação de aumentos salariais e de novos ingressos de pessoal, exceto vacâncias, restrição a benefícios tributários e saques de depósitos judiciais, privatização de empresas estatais e proibição de novas operações de crédito, exceto as autorizadas expressamente pelo regime.

APRIMORAR A GESTÃO DE PASSIVOS EXISTENTES E MITIGAR NOVOS CONTINGENTES

Contornar a gravidade da situação financeira do RS no presente não é suficiente. O trabalho do Tesouro do Estado inclui esforços para gerenciar a entrada de novas despesas e evitar despesas futuras. Em 2018, o total de passivos contingentes elencados pela PGE chegou a R\$ 84,7 bilhões. Confira algumas ações voltadas a gerir e mitigar novos contingentes.

SISTEMA DE PRECATÓRIOS - Migração do Sistema de Precatórios e RPVs (PRE) para sistema Finanças Públicas do Estado (FPE), e integração deste com sistemas do TJ e da PGE.

PRECATÓRIOS - Apresentado plano de pagamento de precatórios ao Tribunal de Justiça do RS, nos termos da EC 99/17.

VALE-REFEIÇÃO - Solução a cerca de 60 mil processos judiciais, que tratavam sobre o reajuste do vale-refeição de 2000 a 2010. Além da extinção das ações, a medida evitou expedição de cerca de 50 mil RPVs, que poderiam gerar sequestros judiciais nas contas do Estado.

INDENIZAÇÕES - Anteprojetos de leis complementares sobre indenização aos servidores ativos, inativos e pensionistas por eventual descumprimento do prazo de pagamento de vencimentos, proventos e pensões (atraso dos salários) e pelo atraso no pagamento do

13º salário relativo ao ano de 2016.

RENEGOCIAÇÃO DE DÉBITOS - Anteprojeto de lei com o objetivo de autorizar o Executivo a renegociar débitos decorrentes de despesas empenhadas e liquidadas, por meio de novação, mediante a oferta pública de recursos aos seus credores.

ACORDO DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR - Limitação das aposentadorias e pensões dos novos servidores ao teto do Regime Geral de Previdência dos Servidores (RGPS). Em contrapartida, servidores passam a ter o direito a ingressar num plano de previdência complementar com contribuições feitas pelo próprio servidor e pelo Estado, garantindo uma poupança para suplementar as aposentadorias e pensões no futuro.

PECÚNIA DE FÉRIAS - Evitar acúmulo de férias superiores a dois períodos vencidos, evitando que quando da aposentadoria do servidor, o Estado tenha que indenizar valores superiores a dois meses de férias.

PECÚNIA DE LICENÇA-PRÊMIO - Evitar acúmulo de licenças-prêmios sem gozo, prevenindo que, quando da aposentadoria e exoneração, o Estado tenha que indenizar valores que comprometam o fluxo de caixa.

COMPENSA-RS

Criação do Programa de Compensação de Débitos Tributários com Precatórios do RS. Desde sua implantação, foram utilizados 121 precatórios para compensação, com valor bruto de R\$ 42 milhões, sendo R\$ 34,4 milhões de dívida ativa compensada. A diferença de R\$ 7,6 milhões refere-se às retenções de previdência (IPE) e de Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF).

PRECATÓRIOS E RPVs

O Estado registrou no último quadriênio a redução do desembolso com Requisições de Pequeno Valor (RPVs). A principal razão foram os efeitos da lei que diminuiu o teto das RPVs de 40 para 10 salários mínimos. A mudança gerou benefícios para o RS, que passou a ter maior regularidade e previsibilidade quanto aos desembolsos de RPVs.

Dispêndio com RPVs:

R\$ 870 MILHÕES em 2015
R\$ 530 MILHÕES em 2018

Depósitos Judiciais:

Alteração da forma de remuneração dos depósitos judiciais:

R\$ 250 MILHÕES/ANO
(receita extraordinária).



APONTAR ALTERNATIVAS E SOLUÇÕES PARA DESPESAS COM PESSOAL E PREVIDÊNCIA

O custo da folha de pagamento dos servidores e o déficit previdenciário do Estado estão entre as principais preocupações na gestão das finanças gaúchas. O pagamento do funcionalismo representa a maior despesa do RS, em torno de R\$ 1,5 bilhão ao mês, relativos a cerca de 300 mil servidores ativos e inativos. Esse contexto exige do Tesouro do Estado estar permanentemente pensando e implantando soluções para essas duas despesas.

RECADASTRAMENTO DE ATIVOS - Projeto prioritário de governo, foi liderado pela Secretaria de Modernização Administrativa e dos Recursos Humanos (SMARH) e contou com decisiva participação do Tesouro do Estado. O Sistema de Recadastramento, que nasceu especificamente para o projeto, tornou-se protagonista nos dados do RHE (plataforma de gestão de pessoal do Estado). O RS passou a ter uma base de dados tempestiva e consistente. Com isso, em 2018, a ferramenta deixou de ser apenas o sistema de recadastramento e tornou-se a interface entre servidor e RHE, atendendo inclusive às necessidades que surgirão com a implantação do e-Social no funcionalismo do RS.

Entre os benefícios do recadastramento, está principalmente a mudança de cultura (servidor manter seus dados atualizados). O projeto contemplou ainda a implantação das novas regras de **Atestação de Efetividade** (descentralização

do ateste de forma a evitar irregularidades e pagamentos indevidos); o **Portal de Gestão de Pessoas**, que entrou no ar em 2016 para simplificar o acesso a informações gerenciais dos servidores e o **Novo Portal do Servidor** (RHE), com navegação mais amigável e novas funcionalidades de pesquisa e busca.

SIMULADOR SIMPREVRS - Desenvolvimento de ferramenta para simular cenários de aposentadoria dos servidores que poderiam decidir sobre a migração ao regime de previdência complementar, possibilitando estimar valores do benefício em variadas possibilidades, entre outras informações.

IPE - Contribuição com os projetos de lei de reestruturação do IPE-Saúde e Previdência com foco na sustentabilidade dos sistemas, melhoria de serviços, adequação à legislação previdenciária federal vigente, bem como a criação do IPE Saúde, cujas atuais atribuições são exercidas hoje pelo IPERGS.

IPE-SAÚDE - Previa que o Tesouro do Estado teria de aportar possíveis insuficiências financeiras ao IPE-Saúde. Havia o entendimento de que o Instituto deveria se financiar com receitas próprias e envidar esforços na gestão para cumprir com este objetivo. Com a atuação da instituição, o aporte de insuficiência ficou limitado ao valor dos imóveis do IPE transferidos à titularidade do Estado do RS.

E-SOCIAL - Preparação para a implantação no RS. Trata-se de um instrumento liderado pelo Ministério da Fazenda de unificação da prestação de informações referentes a obrigações fiscais, previdenciárias e trabalhistas de servidores, estagiários, terceirizados/

prestadores de serviço e fornecedores do Estado. Nesse projeto, o grande desafio será a adaptação dos sistemas e das rotinas de trabalho para a prestação de informações à União. Diversos foram os trabalhos de preparação desenvolvidos pelo Tesou-

ro do Estado para a implantação do projeto. Destaque para o desenvolvimento de onze extratores de dados desenvolvidos pela PROCERGS e para a elaboração de cadastro de servidores submetidos à qualificação (com 9 mil apontamentos para ajuste).

VIABILIZAR A CAPACIDADE DE INVESTIMENTO

O valor total do investimento no período de 2015 a 2018 foi de aproximadamente R\$ 3,8 bilhões. Desse total, R\$ 1,76 bilhão foi proveniente de operações de crédito, representando cerca de 50% do total investido. Vale ressaltar que esse valor investido com recursos de operações de crédito superou em mais de 20% o total dos ingressos decorrentes desses financiamentos - aproximadamente R\$ 1,4 bilhão - no período. Isso demonstra a priorização do governo na aplicação dessas verbas em investimentos e o esforço na agilização dos processos necessários à sua execução.

INVESTIMENTOS (em R\$ milhões)	2015	2016	2017	2018	TOTAL
	810	1.097	1.106	1.665	4.678
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (em R\$ milhões)	2015	2016	2017	2018	TOTAL
	190,38	333,57	555,03	198,24	1.277,22



OUTRAS AÇÕES:

- Participação em fóruns e debates sobre Qualidade do Gasto.
- Realização do Seminário “A Crise Fiscal e o Desenvolvimento do RS”.
- Apresentação de case no Fórum Nacional de Compras Públicas, em 2018.

PROVER SOLUÇÕES DE POLÍTICA FISCAL

Considerado um importante elo na gestão das finanças públicas do RS, a elaboração e entrega do Modelo Fiscal de Médio e Longo Prazo fomentou a necessária reflexão sobre o assunto e qualificou o processo decisório na gestão pública gaúcha.

Trata-se de uma ferramenta de planejamento fiscal com alcance de 10 anos realizado a partir de modelos econométricos e regras que permitem a simulação de impactos de diferentes cenários macroeconômicos e políticas orçamentárias sobre os resultados fiscais e necessidade de financiamento. Com essa entrega, é possível ampliar a capacidade de planejamento fiscal no Estado e aumentar a assertividade dos processos decisórios.

Para elaborar os modelos, são feitas regressões multivariadas de dados como PIB, inflação, câmbio e taxa de juros.

Mas para ser realmente eficiente e provocar a reflexão necessária, essa entrega vai além das ferramentas. Trata-se de um verdadeiro sistema que envolve produção de conteúdo, parcerias com universidades, comunicação, palestras e debates e o lançamento de publicações repercutindo o modelo, dando voz, oportunizando trocas e “arejando” a instituição.

SER PROATIVO NOS GRANDES TEMAS FISCAIS

O quadro técnico capacitado e a atuação na busca de soluções para os principais problemas financeiros têm garantido papel de destaque ao Rio Grande do Sul nos principais fóruns de discussão sobre finanças públicas do país. O principal deles, o Grupo de Gestores das Finanças Estaduais (GEFIN), tem contado com a participação expressiva de representantes do Tesouro nos últimos anos. Subsecretário do Tesouro de 2017 a 2018, Elói Astir Stertz é o atual Coordenador Administrativo Financeiro do grupo, além de outros servidores que integram os grupos de trabalho conforme a área de atuação/especialidade.

Em setembro de 2018, o Rio Grande do Sul sediou a 57ª Reunião ordinária do GEFIN, tendo o Tesouro do Estado como anfitrião do encontro. Foram dois dias de trabalhos, discussões e apresentações. Na pauta do encontro estiveram, entre outras questões, as perspectivas do Fundeb, precatórios, dívida pública, viabilidade do teto dos gastos, regularidade fiscal, nota fiscal eletrônica como parâmetro de preços e planejamento fiscal.

O Tesouro do Estado esteve presente ainda nos mais importantes fóruns de discussão sobre qualificação do gasto público (tais como Congresso Consad de Gestão Pública, Fórum Nacional de Compras Públicas, palestras e debates na comunidade acadêmica), dívida pública, entre outros temas.

FACILITAR O ENTENDIMENTO DA SOCIEDADE SOBRE AS FINANÇAS DO ESTADO

O amadurecimento do projeto de comunicação do Tesouro do Estado e a ampliação dos produtos nos últimos anos é reflexo de uma realidade que não é exclusiva de nossa instituição, mas que por aqui ganha um peso ainda maior: a era de informação veloz, do acesso, da conectividade e da interação.

A isso soma-se o contexto do serviço público, com a exigência crescente da sociedade, a instituição da Lei de Acesso à Informação e a necessidade de maior transparência.

Além do compartilhamento da informação, são premissas da comunicação do Tesouro do Estado a identificação das mensagens de acordo com cada público, o permanente alinhamento das ações às estratégias da instituição, a transparência e o alcance de maior entendimento das finanças ao público externo. Entre as principais ações de comunicação, estão:

INFORME FINANCEIRO - Apresenta o panorama financeiro mensal das contas do RS, focado essencialmente na distribuição da receita nas despesas e obrigações do Estado. Diante da crise e, em especial dos parcelamentos da folha, foi ne-

cessário aprofundar informações sobre como o Estado vem alocando seus recursos, sobre suas obrigações e compromissos legais e, por consequência, como essa distribuição acarreta a insuficiência de caixa que leva ao atraso dos salários.

Em 2017, o informe foi revisado e passou a ser direcionado também ao público externo por meio do site do Tesouro, seguindo uma importante diretriz institucional acerca da transparência das informações. Em 2018, foi lançado o complemento Informe Financeiro Detalhado, seção publicada também no site com um maior aprofundamento e análise.

NOVO SITE SEFAZ - Criação de conteúdo institucional do Tesouro do Estado em uma das seções da página da SEFAZ. Ampliação e facilitação de serviços pela web, em especial os prestados a servidores, fornecedores e aos municípios.

Também inaugurou novo canal com os usuários (diversos públicos) com a instituição do Fale Conosco. Dentre as informações mais acessadas estão consultas sobre despesa de pessoal, pagamento de fornecedores, repasses aos municípios e RPVs.



SEMINÁRIOS, ENCONTROS E DEBATES

A principal iniciativa do Tesouro do Estado nessa área é o evento anual de lançamento do Relatório da Dívida, que reúne a cada edição cerca de 150 participantes, além de jornalistas e formadores de opinião. No atual formato, o evento completou em 2018 sua 5ª edição.

Outra marca da instituição é a atuação junto à comunidade acadêmica. Entre 2016 e 2018, foram seis eventos (palestras, workshops e debates) em universidades gaúchas. Destaque ainda para os Encontros de Gestores, momento de estreitar o relacionamento e fornecer diretrizes aos órgãos sobre o orçamento, despesas e serviços do Tesouro do Estado para seus principais clientes.

RELATÓRIO ANUAL DA DÍVIDA

A qualificação da publicação (que já chega à sua nona edição) e o crescente interesse pelo tema é proporcional à importância que a questão da dívida tem tomado publicamente, especialmente nos últimos anos.



É premissa da comunicação o permanente alinhamento das ações às estratégias da instituição, a transparência e a busca de maior entendimento das finanças pela sociedade.



6. PERSPECTIVAS

CENÁRIOS FISCAIS PARA O RS

Ter como missão gerir as finanças públicas do Estado e ser guardião da sustentabilidade fiscal exige do Tesouro não apenas apresentar soluções que resolvam ou amenizem problemas do presente. Exige também um olhar para o futuro, a partir da elaboração de importantes trabalhos de projeções e de construção de cenários que sirvam como subsídios para o médio prazo e que ofereçam aos gestores públicos condições de tomarem as decisões mais adequadas para o Rio Grande do Sul.

Em 2018, uma expressiva análise elaborada pela equipe do Tesouro do Estado desenhou um destes panoramas, que teve origem no projeto de planejamento fiscal com alcance de 10 anos chamado Modelo Fiscal de Médio e Longo Prazo (já apresentado na página 43).

DIAGNÓSTICO

Nesse trabalho, o Tesouro do Estado debruçou-se sobre a construção de perspectivas para as finanças públicas no período 2019-2025, explorando diferentes cenários. No cenário base, considera-se que nenhuma ação seja tomada. No primeiro cenário alternativo, as alíquotas do ICMS seriam mantidas no patamar atual. E no segundo cenário alternativo, além da manutenção das alíquotas atuais do ICMS, o

São cenários e mudanças nas perspectivas econômicas e institucionais em que são exigidas soluções fiscais complexas para sustentar qualquer projeto de desenvolvimento e para que os serviços, mesmo os mais essenciais, possam continuar a ser prestados.

pagamento da dívida com a União seria nos moldes do previsto no Regime de Recuperação Fiscal (RRF).

A elaboração das projeções se deu a partir da aplicação de um modelo econométrico de consistência desenvolvido pelo Tesouro do Estado, que considera em suas equações os determinantes exógenos que afetam as receitas e as despesas do Estado. Na parte da receita, equações derivadas de modelos estatísticos respondem à variação de cenários prospectivos no PIB, inflação, câmbio e juros, e na despesa,

equações matemáticas sintetizam as vinculações do gasto público, bem como a rigidez da despesa apresentada nos elementos de pessoal e custeio básico, por exemplo. Os cenários supõem as seguintes conjunturas econômicas: pessimista (PIB de 1% ao ano e inflação de 3% ao ano), realista (3% a.a. e 5% a.a.) e otimista (5% a.a. e 7% a.a.). O indicador utilizado foi o resultado do orçamentário, que corresponde à diferença entre receitas e despesas totais acumuladas a cada ano.

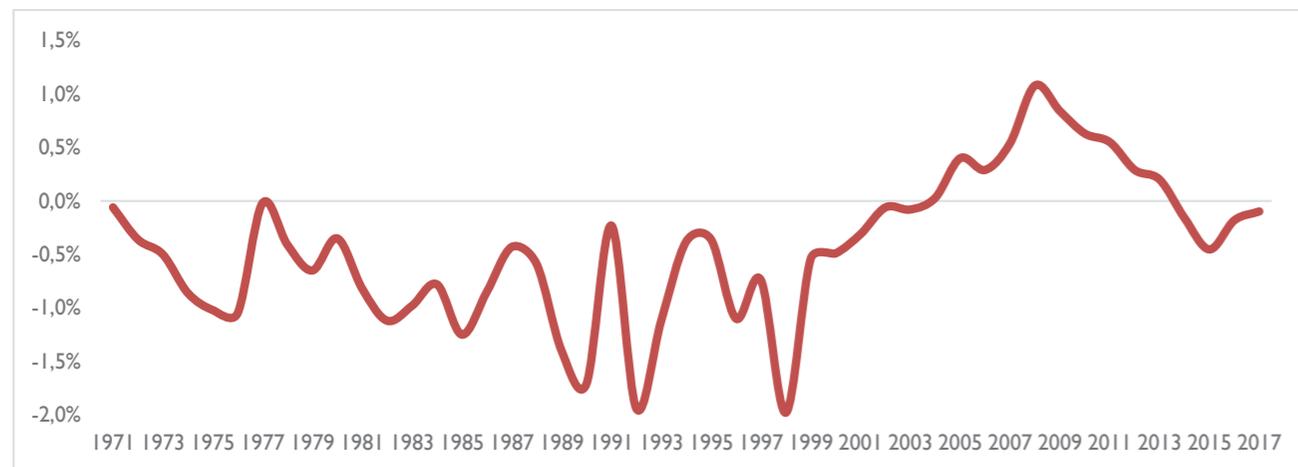
PROBLEMÁTICA

Os anos recentes são marcados pela pior crise fiscal das últimas dé-

cadas no RS. Primeiramente, é necessário levar-se em conta o desequilíbrio estrutural das contas públicas do Estado, especialmente nos períodos em que as fontes de financiamento não foram suficientes para coibir os recorrentes déficits. Na série dos resultados primários em relação ao PIB gaúcho nos últimos 46 anos, a natureza deficitária da estrutura fiscal fica evidente em grande parte do período.

Somados a este contexto, outros fatores tornam ainda mais distantes as perspectivas de um horizonte tranquilo para as finanças do RS. Dois deles estão diretamente correlacionados: uma gravíssima crise que coroou o pior período para a economia brasileira em 20

RESULTADO PRIMÁRIO EM RELAÇÃO AO PIB
EM %



Fica evidente que ações de grande impacto fiscal precisarão ser tomadas no curto e médio prazo para viabilizar qualquer projeto de desenvolvimento e garantir a manutenção dos serviços mais básicos.



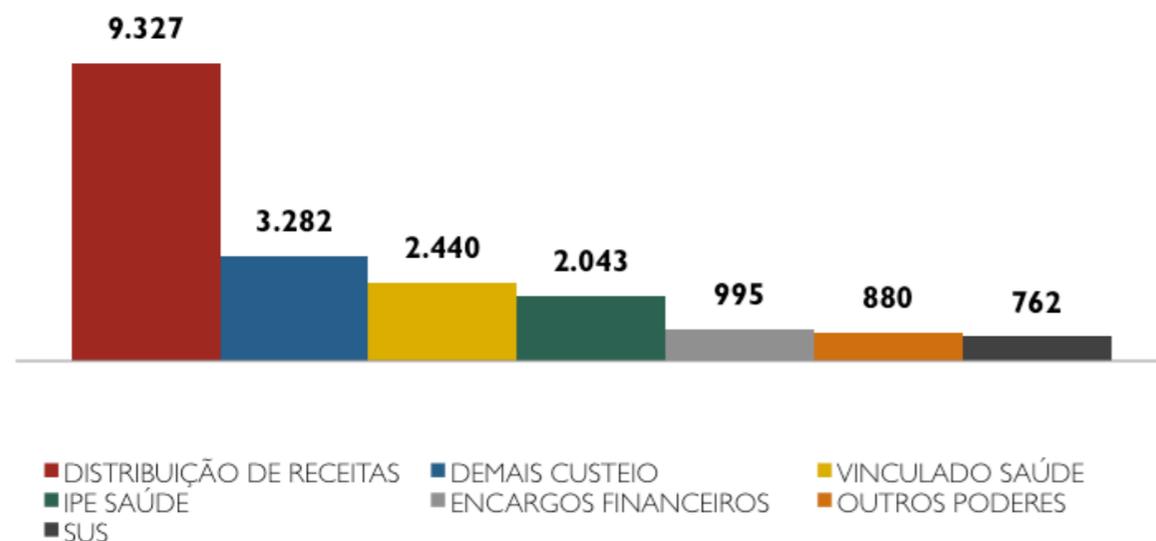
anos (um limitador para o crescimento das receitas) e a concomitante continuidade do crescimento das despesas.

A rigidez da despesa é outro item que intensifica a gravidade da situação fiscal. Apenas o gasto com a folha de pagamento dos servidores atinge 60% de tudo o que é arrecadado. A vinculação das receitas (12% à saúde, 13% ao pagamento anual da dívida), a desoneração das exportações (Lei Kandir) e os repasses ao Fundeb (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos

Profissionais da Educação) são outros exemplos dessa rigidez.

Ao analisar o estudo, é possível perceber que esses fatores deixam o Estado de mãos amarradas para gerir com maior autonomia a maior parcela dos seus recursos, restando cerca de 7% das despesas, a parcela voltada ao custeio (manutenção da máquina pública) efetivamente gerenciáveis. Apesar da autonomia, essa fatia da despesa apresenta soluções de contingenciamento de importância marginal no ajuste das contas do Estado.

OUTRAS DESPESAS CORRENTES EM 2017
EM R\$ MILHÕES NOMINAIS



CENÁRIOS

Conforme o estudo realizado no primeiro semestre de 2018, no chamado cenário base, que parte da premissa de que nenhuma ação adicional será tomada (mantida a retomada da alíquota do ICMS de 18 para 17% na alíquota básica, como previsto em lei, e sem a adesão ao Regime de Recuperação Fiscal), as receitas responderão à variação de cenários prospectivos de PIB, inflação, câmbio e juros, e as despesas variarão unicamente de acordo com as vinculações do gasto público e a rigidez apresentada.

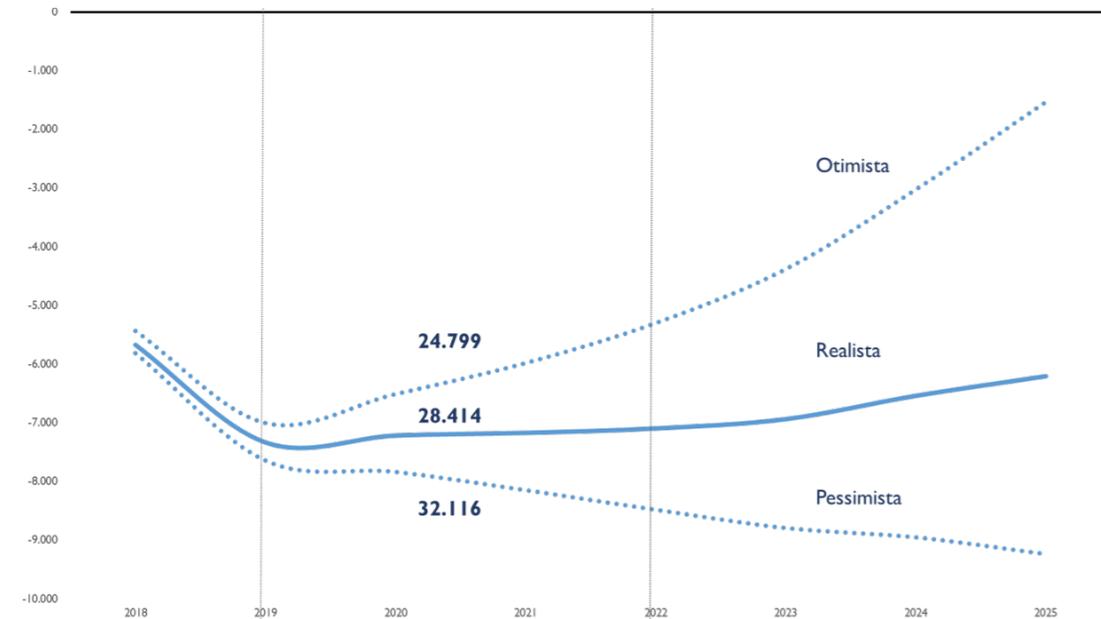
No panorama realista, que considera a retomada do crescimento econômico a 3% ao ano, a necessidade de financiamento chegaria a R\$ 28,414 bilhões entre 2019 e 2022. Mesmo considerando a conjuntura mais otimista, que prevê desempenho econômico extremamente favorável de 5% ao ano, a necessidade de financiamento alcançaria R\$ 24,799 bilhões no mesmo período.

Em 2017, a despesa pessoal e encargos e outras despesas correntes corresponderam a 93% da despesa total do Estado.



Ou seja, os dados levantados mostram que independentemente de qual seja a conjuntura econômica, no cenário base a situação fiscal do Estado seria ainda mais desfavorável do que a vivida atualmente. Sem a adoção de medidas extraordinárias, o estudo mostra que será inviabilizado qualquer projeto de desenvolvimento, e até mesmo as obrigações mais básicas não poderão ser honradas.

PROJEÇÕES DO CENÁRIO BASE
EM R\$ MILHÕES NOMINAIS



Os números mostram que para viabilizar qualquer projeto de desenvolvimento, governo, poderes, instituições e os segmentos da sociedade terão de encontrar soluções fiscais complexas no curto prazo. E as deliberações em Brasília serão fundamentais para que o RS volte a ter uma situação fiscal sustentável.

CONCLUSÕES

O diagnóstico realizado pelo Tesouro do Estado deixa claro que o Rio Grande do Sul dependerá fundamentalmente de dois direcionadores para equacionar suas contas e traçar soluções para administrar o Estado nos próximos anos: a adoção de medidas de grande impacto e a atuação no âmbito federal.

Ambas as premissas ficam evidentes no estudo, uma vez que as chamadas tradicionais ações de contingenciamento de despesas têm importância, mas representam uma parcela restrita do problema.

As alternativas conhecidas de financiamentos dos déficits continuarão sendo fundamentais, mas será necessária uma articulação mais ampla. Governo, poderes, instituições e os diversos segmentos da sociedade terão que encontrar soluções fiscais complexas no curto prazo.

O Tesouro mantém seu compromisso público e sua excelência técnica na busca de soluções sustentáveis, aqui no Estado e no plano federal, para as finanças públicas gaúchas.



A young man with a backpack is standing on a hillside, looking through binoculars. The background shows a vast, rolling landscape under a clear blue sky. The man is wearing a white t-shirt, red shorts, and a tan backpack. The scene is brightly lit, suggesting a sunny day.

7. MENSAGEM FINAL

Dentre os recursos e conhecimentos mais importantes para uma instituição está o trabalho em equipe. O desenvolvimento de capacidades individuais coordenado em sinergia com os valores e metas coletivas é fundamental para que sejam desenhados os processos mais eficientes e alcançados os melhores resultados.

O foco do desenvolvimento de recursos humanos é constituir a melhor força de trabalho possível para que a organização e os funcionários atinjam seus objetivos. No caso de uma instituição pública, trata-se de servir do melhor modo à cidadania, identificando contextos e superando desafios de forma permanente e planejada.

Isso exige adquirir e desenvolver as habilidades necessárias para desempenhar várias funções, explorar capacidades e soluções futuras. Aumentar a inovação e a criatividade foi um dos caminhos percorridos pelo 'Tesouro do Estado' nesses últimos quatro anos. Novos suportes, novas tecnologias, metodologias para adaptar sistemas e operações a novas realidades, processos inéditos para mitigar efeitos incontornáveis do contexto de crise foram uma constante no cotidiano e um propósito de superação no planejamento. Uma ação possível pela contínua melhoria de cada um e de toda a equipe.

Que venham os novos horizontes. Estamos prontos.

Tesouro do Estado



GOVERNO DO ESTADO
RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DA SAÚDE